Eleições nos EUA Governo Dilma avalia que reeleição é boa para o G-20

Brasília espera que Obama termine embargo a Cuba

Sergio Leo
De Brasília

Uma solução para o chamado "abismo fiscal" e o fim do embargo econômico contra Cuba estão entre as principais expectativas no governo brasileiro para o segundo mandato de Barack Obama como presidente dos EUA. O governo brasileiro torce para que Obama consiga, de um Congresso dividido, um acordo capaz de impedir o abismo fiscal — cortes automáticos de despesas e fim de isenções fiscais que podem empurrar para baixo a cambaleante economia americana. Sobre Cuba, pelo menos um ministro importante no Brasil anda prevendo que Obama pode aproveitar seu último mandato para reforçar as tendências reformistas no governo cubano, apontando um fim para o embargo econômico contra a ilha.

"Temos uma estratégia econômica mais claramente definida com o governo democrata", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, à imprensa, ao defender que a reeleição de Obama será boa para o Brasil e para o G-20, o grupo das principais economias mundiais.

Sem repetir as acusações de "guerra cambial" com que tem criticado a política de expansão monetária adotada por Obama contra a crise econômica, Mantega, ontem, preferiu elogiar a condução da política econômica do democrata, e criticar o Partido Republicano por impedir a aprovação de medidas sugeridas pelo presidente no primeiro mandato. "Ele tem apoio popular e autoridade para ir adiante com seus programas de governo", disse.

O tom amistoso do ministro da Fazenda confirma a argumentação da diplomacia brasileira, de que é crescente a convergência no setor externo entre os governos brasileiro e americano. No G-20, os EUA, sob Obama, são próximos ao Brasil no esforço para reformar os mecanismos de direção do Fundo Monetário Internacional (que reduzirá o poder de europeus e aumentará o de emergentes como o Brasil). A defesa de um ajuste gradual, com uso da política fiscal para evitar maior recessão, também une Brasil e EUA. E ambos defendem que os países em melhor condição na Europa zelem pelos que estão em dificuldades.

Apesar de estarem em campos opostos quando se trata da chamada "guerra cambial", apelido lançado por Mantega para as políticas que levam à depreciação de moedas como o dólar, os americanos reagiram moderadamente aos controles brasileiros sobre a entrada de moeda no país, lembra uma autoridade da equipe econômica.

Na América Latina, Obama rejeitou o tom de confronto com a Venezuela cobrado pelos republicanos, e os dois governos mantêm uma "trégua", na avaliação de um diplomata graduado. os americanos veem com boa vontade o ministro de Relações Exteriores Nicolás Maduro, agora vice-presidente e substituto eventual do presidente Hugo Chávez. Maduro é considerado um político de "discurso sereno", na definição passada pelos americanos aos brasileiros.

Os brasileiros esperam manter a relação alcançada no primeiro mandato, em que o governo Obama tratou o Brasil "com respeito", como interlocutor de confiança na região. Há uma cordial troca de informações entre EUA e Brasil sobre o Paraguai, onde o presidente Fernando Lugo foi deposto pelo Congresso no que os países da região classificaram como golpe parlamentar. Em relação à Colômbia, segundo um auxiliar próximo do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, há "regozijo mútuo" pela atuação do presidente Juan Manuel Santos em sua tentativa de um acordo para acabar com a guerrilha no país.

O próprio Patriota mantém consultas frequentes com a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, com quem fez questão de se encontrar semanas antes da eleição, para falar do futuro entre os dois países. No encontro, Patriota ouviu, satisfeito, Clinton declarar à imprensa que o Brasil poderia ter um papel importante nas negociações para pôr fim à violência na Síria.

As diferenças em relação à política americana para o Oriente Médio não impediram nem sequer que a política em relação ao Irã tenha saído da lista de atritos entre brasileiros e americanos. Apesar das declarações de Obama, durante a campanha, de que "todas as opções" estariam sobre a mesa, autoridades americanas deixaram claro aos brasileiros que não endossariam algum ataque contra os iranianos, como ameaça Israel, com o argumento de evitar que o Irã desenvolva uma bomba atômica.

A relação entre os dois governos leva os auxiliares da presidente Dilma Rousseff a acreditar que não terão sobressaltos com o novo mandato de Obama e, talvez, que se cumpra parte das expectativas criadas pelo democrata ao se eleger pela primeira vez. Uma das mais fortes entre essas expectativas é o fim do embargo a Cuba — Dilma voltará a citar o tema na próxima reunião da União das Nações da América do Sul, em Lima, Peru, no próximo dia 30. Os brasileiros dizem que o governo de Raúl Castro, em Cuba, tem feito esforços para reformar o regime, sem receber o devido reconhecimento dos EUA. Mas admitem que também os cubanos terão de fazer gestos de aproximação, como, por exemplo, libertar o consultor americano Allan Gross, preso em Cuba acusado de espionagem.

Política externa do novo mandato será logo testada no Oriente Médio

Jay Solomon
The Wall Street Journal

O presidente Barack Obama terá pouco tempo para celebrar a sua reeleição diante da série de problemas mundiais que o aguardam. Esses incluem os desafios representados pelo programa nuclear do Irã e a crescente instabilidade política no Oriente Médio, que está gerando conflitos sectários e agitações da Síria ao norte da África.

Em meio a esses problemas mais prementes, Obama, no seu segundo mandato, provavelmente terá que refinar as políticas americanas relativas à China, considerando o poder militar e econômico cada vez maior do país asiático.

O presidente deve enfrentar pressão renovada de Pequim em relação à contínua venda de armas americanas para Taiwan, dizem funcionários do governo e especialistas em política externa. E muitas autoridades asiáticas temem que a disputa entre Japão e China por um grupo de ilhas no Mar do Leste da China pode se agravar, forçando Washington — aliado de Tóquio por tratado — a intervir.

O governo de Obama vem há um ano manifestando a intenção de mudar o foco da sua estratégia do Oriente Médio para a Ásia, devido ao crescimento econômico da região e ao poder crescente da China. O rival de Obama na eleição, Mitt Romney, havia prometido na campanha ampliar a Marinha americana para conter a China.

Mas poucos analistas da região acreditam que Obama será capaz de mudar significativamente o foco para fora do Oriente Médio nos próximos quatro anos. Só algumas semanas depois da sua reeleição, por exemplo, ele terá que decidir se aprova ou não a participação dos Estados Unidos na quarta rodada de negociações deste ano sobre o programa nuclear do Irã.

Autoridades israelenses dizem agora que poderia ser necessária uma ação militar até meados de 2013 para impedir o Irã de atingir a capacidade de construir armas nucleares. O Irã insiste que seu programa nuclear tem propósitos puramente civis.

O impacto das sanções impostas ao Irã pelos países desenvolvidos vem crescendo, contribuindo para uma queda recente de 40% no valor da moeda iraniana, o rial. Isso aumenta as esperanças de que Teerã pode ser forçada a colaborar.

"Em relação ao Irã, parece haver algum movimento numa nova direção", disse Rob Malley, responsável por assuntos do Oriente Médio no Grupo Crises Internacionais, organização ativista e de análises globais. Mas a Casa Branca precisará descobrir se as concessões ao Irã vão satisfazer Israel e os aliados árabes dos EUA, assim como os políticos pró-Israel no Congresso americano.

Em outras regiões, a pressão sobre os EUA está aumentando para que o país apoie uma ação militar internacional na Síria e no Máli.

Os conflitos sectários pioraram na Síria, com grupos de direitos humanos relatando cerca de 40 mil mortes nos últimos 18 meses. Autoridades árabes receiam que o conflito esteja se espalhando rapidamente para além das fronteiras do país, ameaçando Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia. Durante a campanha, tanto Obama quanto Romney se manifestaram contra o envio direto de tropas americanas à Síria. Obama disse que prefere uma assistência não-bélica.

No norte da África, os EUA e a Europa estão apoiando uma ação militar liderada por locais no Máli, onde a al Qaeda e outros grupos extremistas encontraram este ano um porto seguro.

O governo de Obama foi forçado a intervir mais agressivamente no conflito depois do ataque de setembro ao consulado americano de Bengazi, na Líbia. Membros do serviço de informação dos EUA acreditam que membros da al Qaeda no Magreb Islâmico, um grupo extremista da África do Norte, podem ter ajudado a planejar o ataque que matou quatro americanos, incluindo o embaixador Christopher Stevens.

O conflito árabe-israelense será um fator totalmente incerto durante o segundo mandato de Obama, disseram analistas do Oriente Médio. As negociações de paz entre Israel e os palestinos estão empacadas há quase dois anos, depois das primeiras tentativas agressivas de Obama de forjar um acordo.

O presidente palestino, Mahmoud Abbas, rejeitou retomar as conversas até que o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, interrompa os assentamentos judeus nas áreas disputadas. O líder israelense, opondo-se à exigência, disse que os palestinos estão procurando estabelecer pré-condições para as negociações.

Em conversas recentes, Abbas disse que ele tentaria obter um voto na Assembleia Geral das Nações Unidas que reconhecesse a Palestina como um estado independente. Um voto positivo poderia ter efeito legal limitado, pois só o Conselho de Segurança da ONU pode conferir tal status. Mas a iniciativa de Abbas poderia reavivar as tensões, disseram analistas da região, e possivelmente levar o Congresso dos EUA a cortar a ajuda americana à Autoridade Palestina.

"Você poderia ver as coisas chegarem a tal ponto que a AP viraria uma organização só no papel", disse Malley, do Grupo Crises Internacionais. "Toda a questão da identidade palestina voltará à pauta."

Obama também será pressionado a se engajar mais diretamente na América Latina, onde o Brasil e o México surgem como dois dos principais parceiros comerciais dos EUA. As ameaças às fronteiras americanas representadas pelos traficantes de drogas do México poderiam eclipsar aquelas representadas por grupos terroristas no Oriente Médio, acreditam especialistas em segurança nacional.

"O México é possivelmente o relacionamento mais importante que os EUA têm", afirmou Michael Shifter, presidente do centro de estudos Diálogo Inter-Americano. "É um pouco difícil explicar como ele ficou praticamente de fora da campanha."

Leia na página B12 e B13 mais conteúdo do **THE WALL STREET JOURNAL**

Voto latino deve forçar lei de imigração

Fabio Murakawa
De São Paulo

O presidente reeleito dos Estados Unidos, Barack Obama, deverá promover poucas e escassas mudanças na política para a América Latina e em temas sensíveis à população hispânica em seu segundo mandato. A transformação mais esperada, se ocorrer, será na postura intransigente do Partido Republicano no Congresso diante de questões como a reforma migratória, de grande interesse dessa fatia do eleitorado que acabou sendo decisiva no resultado da eleição.

Segundo cálculos da Associação Nacional de Funcionários Latinos Eleitos e Designados, sediada em Washington, cerca de 12,2 milhões de hispânicos — aproximadamente 10% do eleitorado — foram às urnas na terça-feira, um aumento de 26% em relação às eleições presidenciais de 2008, que totalizou 9,6 milhões. E eles votaram em peso em Obama.

A maior parte das pesquisas de boca de urna aponta que mais de 70% dos hispânicos respaldaram o presidente, contra cerca de 30% que votaram no republicano Mitt Romney. Três em cada quatro mulheres latinas apoiaram Obama. O desempenho foi idêntico entre os jovens desse grupo.

O voto hispânico foi considerado chave em Estados indecisos — os que normalmente determinam o resultado da eleição — , como Flórida, Ohio, Colorado, Virgínia e Carolina do Norte. Desses Estados, apenas no último Romney conseguiu derrotar Obama nas urnas.

"Se os republicanos fizerem uma leitura correta dessa eleição, eles terão que deixar de lado sua postura rigorosa sobre a reforma migratória no Congresso", disse ao **Valor** Eric Farnsworth, vice-presidente do Council of Americas. "Se eles não mudarem, perderão para sempre o eleitorado latino."

Uma demonstração da força dos latinos nesta eleição está no fato de que os hispânicos atingiram um desempenho sem precedentes na composição do Congresso. Segundo projeções, eles serão representados por 29 parlamentares a partir do ano que vem, contra os atuais 26. Só a Califórnia pode aumentar sua representação latina no Congresso de seis para 11.

Alguns episódios durante o governo Obama ajudaram a afugentar o eleitorado latino do Partido Republicano. Um deles é a oposição de grande parte deles a uma reforma migratória prometida pelo presidente ainda na campanha de 2008. Além disso, durante a campanha, Romney recebeu o apoio do secretário de governo do Estado de Kansas, Kris Kobach, que ajudou a redigir leis rígidas contra imigrantes ilegais no Arizona e no Alabama, bastiões republicanos. A oposição dos opositores a anistias a jovens latinos sem documentos e o apoio do partido à deportação voluntária também atrapalharam.

Alguns analistas acreditam que o fraco desempenho entre essa fatia do eleitorado abre espaço para a candidatura de um hispânico na chapa presidencial republicana em 2016. Farnsworth concorda, em parte, mas diz que não é tão simples assim.

"Os latinos votaram nos democratas não somente por uma questão de campanha eleitoral, ou de quem é o candidato. Mas por uma questão de substância, pelas políticas que cada partido avalizou", afirmou Farnsworth.

Para ele, há muito espaço para o crescimento do Partido Republicano entre esse eleitorado. Em temas sociais, como o aborto, direitos dos homossexuais e segurança, os hispânicos são conservadores e têm mais afinidade com os republicanos do que os democratas, segundo Farnsworth.

A relação dos EUA com os demais países do continente, no entanto, pouco deve mudar. Dan Restrepo, que até há poucos meses assessorou Obama sobre temas da América Latina, disse recentemente à agência Associated Press que em um segundo mandato de Obama poderá haver "uma evolução, não mudanças bruscas" na política para o Hemisfério.

Andrew Salee, do centro de estudos Wilson Center, prevê que no segundo mandato de Obama haverá "muita abertura a propostas da região e uma atitude de cooperação para que governos latino-americanos tome a liderança em assuntos hemisféricos". Mas afirmou que "não haverá grandes iniciativas".

O fim do embargo a Cuba, por exemplo, está praticamente descartado, segundo analistas. Mas, para Farnsworth, do Council of Americas, o fato de Obama estar livre da preocupação de se reeleger pode fazer com que ele adote uma postura "mais flexível" em relação à ilha. "Isso vale também para outros temas", afirmou. "Mas uma normalização das relações não vai acontecer até que haja uma mudança de regime em Cuba. A lei americana não permite, por exemplo, que seja levantado o embargo até que haja democracia no país." Para ele isso só deve ocorrer após a morte dos irmãos Fidel e Raúl Castro.

A extinção da exigência do visto para turistas brasileiros, tema recorrente na pauta recente entre os dois países, tem poucas chances de ocorrer nos próximos quatro anos. "É uma mudança possível, mas pouco provável que ocorra imediatamente", disse Farnsworth.

(Com agências internacionais)

Reeleição de democrata traz alívio pelo mundo

Agências internacionais

A vitória de Barack Obama na eleição presidencial foi comemorada por países aliados, sobretudo alguns preocupados com a possibilidade de que uma eventual vitória do Partido Republicano pudesse levar os Estados Unidos a adotar uma política mais hostil à Rússia e à China e no Oriente Médio.

"[A vitória de Obama] é melhor para o mundo", disse o presidente da comissão de relações exteriores da Câmara de Deputados da Rússia, Alexei Pushkov, em sua conta no Twitter. "Significa que não haverá um político similar a George W. Bush e um inimigo aberto da Rússia na Casa Branca."

Na China, país citado por Mitt Romney durante a campanha como exemplo da falta de firmeza da política externa de Obama, as declarações foram mais contidas. O presidente Hu Jintao e o premiê Wen Jiabao enviaram mensagens de parabéns, enquanto a mídia oficial deu amplo espaço ao resultado da eleição.

O premiê de Israel, Binyamin Netanyahu — com quem o governo Obama tem uma relação conturbada por conta da ocupação dos territórios palestinos — limitou-se a dizer que a aliança estratégica entre EUA e Israel "está mais forte do que nunca".

O premiê britânico, David Cameron, disse que há uma ampla agenda entre Europa e EUA, mas que "uma das primeiras coisas que eu quero conversar com Barack" é uma solução para a crise na Síria.

Estados liberam casamento gay e maconha

AP

As eleições americanas não alteraram o poder na Casa Branca, mas trouxeram mudanças significativas e vitórias importantes para gays e defensores legalização da maconha. Maryland, Maine e Washington se tornaram os primeiros Estados americanos a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo por meio do voto popular, uma decisão amplamente comemorada por ativistas. O casamento homossexual já havia sido aprovado por tribunais e parlamentares de seis Estados, além do Distrito de Columbia. Mas vinha sendo amplamente rejeitado nas urnas. Consultas em mais de 30 Estados americanos já vetaram esse tipo de união. Washington e Colorado também aprovaram o consumo recreativo da maconha. A droga já é legal em 17 Estados, mas somente para uso medicinal. Na foto, eleitores de Seattle comemoram a aprovação do casamento gay no Estado de Washington.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 8 nov. 2012, Primeiro Caderno, p. A17.